

06 MAI 1990

E Lindbergh foi a Itamar

JOÃO PESSOA DE ALBUQUERQUE

Lindbergh Farias, presidente da UNE, é, como se diz na nossa Paraíba, o "cão"!...

Rapaz talentoso, bom de verbo e de "pinta", além de político habilidoso. Articulado e educado, Lindbergh Farias é, visivelmente, um danado! Pena, entretanto, que todo esse talento resvale, às vezes, para o oportunismo. Se não, vejamos.

Lindbergh foi a Itamar denunciar o que, hoje, tanto dá manchetete, Ibope e passeata: os reajustes das mensalidades escolares.

Em 24 horas, o presidente da República se articulou com os ministros da Educação e do Planejamento no sentido de ser constituída uma comissão que, sob a presidência da ministra Yeda Crusius, analisaria os "abusos" das mensalidades. O ministro Murílio Hingel despachou, imediatamente, ordens às delegacias regionais do MEC para que elas, em ritmo acelerado, fornecessem ao ministro os tais abusos denunciados.

E mais: no dia 27, o Diário Oficial publicava o decreto constituindo a comissão.

Parabéns Lindbergh!

Foi uma velocidade presidencial espantosa: muito mais da viola nordestina do que de toada mineira...

Agora, companheiro de lutas, vamos conversar. Nós dois. Nós dois, ambos oriundos da Paraíba: eu que, um dia, fui presidente da UNE e você que, hoje, o é.

São essas ligações telúricas e históricas que, talvez, me deem a liberdade de exercer o tal "direito de intimidade" para lhe pedir que olhe para mim, olho no olho, e me responda por que você foi ao presidente e não

lhe propôs a redenção da escola pública?

Acho que se jogou fora uma excelente oportunidade para demonstrar ao presidente Itamar um teorema que poderia passar para a História como o "Teorema de Lindbergh". Seu enunciado seria o seguinte:

+ escola pública boa = - escola particular cara.

Essa verdade sócio-econômica é irrefutável. Sua lógica poderia ter sido muito bem apresentada por você com o talento didático que Deus lhe deu. Pena não tê-lo feito.

Naquele dia, o meu conterrâneo poderia ter dito ao presidente: "Todos nós sabemos que não existe desenvolvimento possível sem uma rede pública que preste. A minha presença aqui, hoje, é para propor a Vossa Excelência uma revolução que consiste, basicamente, em a gente se esquecer da escola particular e se lembrar da escola pública. Vamos ver se conseguimos ressuscitar esta última, pois é com essa ressurreição que vamos obter, se não a morte, mas pelo menos a redução da primeira. A tese que a UNE vem lhe propor, presidente, é a da competição escolar, isto é, dar à escola pública condições de competir em qualidade com a rede privada. Não vamos mais permitir que esta continue aproveitando o vácuo da rede pública para crescer cada vez mais. Isto é ruim para a mocidade que, neste instante, eu represento e o que é ruim para a mocidade é ruim para o Brasil. Vamos nós dois para a televisão sacudir o país. Vamos, em duas vezes e a quatro mãos, dizer que é chegada a hora e a vez da educação pública. E 'quem sabe faz a hora, não espera acontecer'. Vamos mobilizar a sociedade, o Congresso, os estados e os municípios para dar ao Brasil a

escola pública que ele exige e tão bem merece. Vamos adiar alguns programas governamentais e seguir o rastro do Japão e dos 'tigres asiáticos' que demonstraram, à exaustão, serem eles nada mais do que o fruto da educação. E como eu adoraria ver o senhor, presidente Itamar, manifestar, publicamente, sua vontade política de seguir esse inteligente rastro dos orientais."

E, aí, Lindbergh, terminado o discurso, você aproveitaria para dar ao presidente uma despresticiosa aulinha de direito constitucional, tirando do seu bolso um exemplar da nossa Constituição para mostrar a Sua Excelência os artigos 205, 206 e 208.

O art. 205 diz que "a educação, direito de todos e dever do Estado (o grifo é nosso)..."

O art. 206 diz que "o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:... VII — garantia de padrão de qualidade."

O art. 208, no parágrafo 2º do seu item VII, reza: "O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade pública."

Arrematando, você, então, com todo o respeito, ponderaria: "Presidente, como é que nós vamos nos preocupar com mensalidades de escola particular se o Poder Público, como o senhor viu, ele próprio, na área da educação, está acintosa e impuneamente descumprindo a Constituição?"

Ai está, Lindbergh: você não fez isso! Mas, como, em matéria de educação, nunca é tarde para fazer, pergunto: "farias"?...

João Pessoa de Albuquerque é diretor de colégio e ex-presidente da UNE.